



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 50

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1967

ATA DA 54ª SESSÃO, EM 8
DE MAIO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 6ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO
MONDIN.**

As 14,30 horas, acham-se pre-
sentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
José Ermírio
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Raul Giuberti
Paulo Tórrès
Carvalho Pinto
Armando Storm
Bezerra, Neto
Ney Braga
Attilio Fontana
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de pre-
sença acusa o comparecimento de 15
Srs. Senadores. Havendo número re-
gimental, declaro aberta a sessão.
Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a
leitura da ata da sessão anterior,
que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Do Ministro da Educação e Cultura
Aviso nº 557 Br., de 27.4.67, com
referência a requerimento do Sr. Se-
nador José Ernirio.

Aviso nº 558 Br., de 27.4.67, com
referência a requerimento do Sr. Se-
nador Vasconcellos Tórrès.

**Do Ministro do Planejamento
e Coordenação Geral**

Aviso nº 80, de 4 do mês em curso,
com referência ao Requerimento nú-
mero 72-67, do Sr. Senador Vascon-
cellos Tórrès.

Do Ministro das Relações Exteriores
Aviso IRBr-SRC-G-11-311.5, de 4
do mês em curso, com referência ao
Requerimento nº 14-67, do Sr. Sena-
dor Vasconcellos Tórrès.

Do Ministro da Saúde

Aviso Gb nº 358, de 27.4.67, com
referência ao Requerimento número
12-67, do Sr. Senador Vasconcellos
Tórrès.

**Do Ministro do Trabalho
e Previdência Social**

Aviso GM-BR-404, de 3 do mês em
curso, com referência ao Reque-
ri-

SENADO FEDERAL

mento nº 79-67, do Sr. Senador Vas-
concellos Tórrès.

Aviso GM-BR-495, de 3 do mês em
curso, com referência ao Reque-
rimento nº 77-67, do Sr. Senador Vas-
concellos Tórrès.

EXPEDIENTE RECEBIDO

Em 8 de maio de 1967

Comunicação de Eleição e Posse

- da Mesa da Assembleia Legisla-
tiva do Estado do Ceará;
- do Prefeito Municipal de Uru-
buretama, CE;
- do Prefeito Municipal de Nossa
Senhora das Dores, SE;
- da Mesa da Câmara Municipal
de Acajutiba, BA;
- do Prefeito Municipal de Boia-
nópolis, BA;
- do Prefeito Municipal de Barra,
BA;
- do Prefeito Municipal de Ira-
maia, BA;
- do Prefeito Municipal de Mu-
curi, BA;
- do Prefeito Municipal de Pra-
do, BA;
- do Presidente do Conselho Fe-
deral de Engenharia, Arquitetura e
Agronomia, Rio de Janeiro, Estado da
Guanabara;
- do Prefeito do Distrito Federal;
- do Presidente do Conselho Na-
cional do Petróleo, Brasília, DF;
- do Presidente da Coordenação
do Desenvolvimento de Brasília, DF;
- do Prefeito Municipal de Aras-
sua, MG;
- da Mesa da Câmara Municipal
de Contagem, MG;
- do Prefeito Municipal de São
Gonçalo do Abaeté, MG;
- da Diretoria da Federal dos Tra-
balhadores nas Indústrias Extrativas
do Estado de São Paulo;
- da Mesa da Câmara Municipal
de Junqueirópolis, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal
de Pompéia, SP;
- da Mesa da Assembleia Legisla-
tiva de São Paulo.

Diversos Assuntos

- do Governador do Amazonas
manifestando seu profundo pesar pe-
lo falecimento do Senador Lourival
Fontes;
- do Presidente da Assembleia Le-
gislativa do Estado do Pará congra-
tulando-se com o Congresso pela apre-
sentação do Projeto de Lei que revo-
ga o Decreto nº 314 e revigora a Lei
nº 1.802, de cinco de janeiro de 1953,
Lei de Segurança Nacional;
- do Presidente do Gabinete Exe-
cutivo da Arena da Paraíba congra-
tulando-se com o Congresso pelo re-

torno da nação à plenitude do regime
democrático com a posse do Marechal
Costa e Silva na presidência da Re-
pública;

— da Câmara Municipal de Re-
cife, PE, fazendo apelo no sentido da
rápida tramitação do projeto de lei
que dispõe sobre o congelamento por
dois anos dos aluguéis residenciais;

— do Governador do Estado de Ser-
gipe, SE, agradecendo providências
tomadas pelo Senado Federal refe-
rentes aos funerais do Senador Lou-
rival Fontes;

— do Governador do Estado de Ser-
gipe, SE, agradecendo a comunica-
ção da eleição e posse da nova Mesa
do Senado Federal em 1967;

— da Assembleia Legislativa da
Bahia, comunicando a inserção em
ata de seus trabalhos de um voto de
aplauso pelo dinamismo com que se
houve no desempenho de suas altas
funções, o Dr. Juracy Magalhães, co-
mo Ministro do Exterior;

— da Assembleia Legislativa do Es-
tado de Mato Grosso, fazendo apelo
no sentido de se restaurar, através de
emenda a Constituição a fixação do
tempo de serviço para a aposentado-
ria dos homens e das mulheres em 30
e 25 anos respectivamente;

— da Assembleia Legislativa do Es-
tado do Espírito Santo, agradecendo
a comunicação da eleição da Mesa
que dirigirá os trabalhos do Senado
no ano de 1967;

— da Diretoria da União Brasilei-
ra Distribuidora de tecidos S. A., en-
viando nota publicada no "Estado de
Minas", com referência à Lei núme-
ro 5.172, de 25 de outubro de 1966;

— do Governador do Estado de Mi-
nas Gerais agradecendo comunicação
sobre a promulgação da Resolução nú-
mero 54, de 1966;

— da Associação Sulmineira de Im-
prensa, manifestando-se contrária à
atual lei de imprensa;

— da Câmara Municipal de Ubera-
ba, MG, fazendo apelo no sentido de
ser reformulada a legislação sobre o
I.C.M.;

— da Câmara Municipal de Ubera-
ba, MG, solicitando apoio ao movi-
mento de emancipação do Trânsito
Mineiro;

— da Câmara Municipal de Tauba-
tê, SP, fazendo apelo no sentido do
reexame do Decreto-lei nº 201-67, que
dispõe sobre a responsabilidade civil
e criminal de Prefeitos e Vereadores;

— da Câmara Municipal de Presi-
dente Prudente SP, fazendo apelo no
sentido de serem realizadas eleições
municipais nas datas das eleições ge-
rais;

— da Câmara Municipal de Arara-
quara, SP, fazendo apelo no sentido
de que a aposentadoria dos trabalha-
dores por invalidez seja com o sala-

rio integral e não 70% do salário mí-
nimo;

— da Câmara Municipal de Ara-
quara, SP, fazendo apelo no sentido de
ser facilitado o método de naturaliza-
ção de estrangeiros;

— da Câmara Municipal de Arara-
quara, SP, fazendo apelo no sentido
de que o Pósto do SAMDU atenda
indistintamente toda a população da-
quela localidade;

— da Câmara Municipal de
Anhembi, SP, manifestando-se con-
trária a pretendida prorrogação dos
atuais mandatos municipais;

— da Câmara Municipal de Jun-
dial, SP, fazendo apelo no sentido de
apoio ao movimento em defesa da
instituição dos direitos dos velhos;

— da Câmara Municipal de Presi-
dente Epitácio, SP, manifestando-se
contrária, às medidas adotadas pelo
governo do Estado do Paraná com
relação às exportações de madeiras em
tôros para outros estados da federa-
ção;

— da União dos Aposentados e
Pensionistas do Brasil, São Paulo, fa-
zendo apelo no sentido do congela-
mento dos aluguéis residenciais;

— da Associação Interamericana
de Imprensa, SP da Associação Rio-
grandense de Imprensa, RS, e da Câ-
mara Municipal de São Paulo, mani-
festando-se contrárias à Lei de Se-
gurança Nacional;

— do Padre Roberto Maria Dru-
mond Gonçalves, de Santos, SP, fa-
zendo apelo para constar na bande-
ira nacional o emblema do Coração
de Jesus;

— da Câmara Municipal de Ribe-
irão Preto, SP, fazendo apelo no sen-
tido da adoção do novo sistema de
eleições por distritos eleitorais;

— da Câmara Municipal de Ribe-
irão Preto, SP, Estado de São Paulo,
fazendo apelo no sentido de que os
vereadores municipais gozem aos
mesmos direitos dos deputados fe-
derais e estaduais, quanto ao abati-
mento das tarifas postais;

— da Assembleia Legislativa de São
Paulo, SP, congratulando-se com o
Senado Federal pela eleição da Mesa
que dirigirá os trabalhos em 1967;

— da Câmara Municipal de São
Paulo, SP, fazendo apelo no sentido
da instituição do "Dia do Guarda
Civil";

— da Câmara Municipal de Tau-
batê, SP, fazendo apelo no sentido da
revisão do art. 16 da Constituição
Federal;

— do Sr. Calúbi Nunes, manis-
tando-se contrário às medidas toma-
das pela MANETMANX sobre inves-
timentos;

— do Sr. Jesus Garcia, fazendo
apelo no sentido da aprovação do
projeto de Lei nº 3.988;

— do Sr. Antônio Ferreira de Je-
sus, fazendo apelo no sentido da
MANETMANX liberar suas econô-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

PARECERES

Parecer nº 287, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 41, de 1967 (número 1.480-A-63 — Câmara), que altera o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito especial de NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos), destinado a atender às despesas de instalação da sua sede nova e de 6 (seis) Juntas de Conciliação e Julgamento, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

Resultou o presente projeto de lei de representação do Poder Legislativo pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, na qual solicitou providências para que fosse o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos), destinado a atender às despesas de instalação da nova sede e seis Juntas de Conciliação e Julgamento, em Porto Alegre. A representação é de 24 de maio de 1967 e a Câmara dos Deputados ultimou o presente projeto a 10 de abril de 1967.

2. No seu artigo 59, a nova Constituição do Brasil, embora estabeleça a iniciativa das leis a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, como ocorre na espécie, determinou no art. 60, I e II, ser da exclusiva competência do Presidente da República a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira ou aumentar a despesa pública. A mesma Constituição exerceu esta linha de excluir da iniciativa do poder legislativo matéria como a do presente projeto, quando estabelece em seu artigo 67: "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública."

3. Pelo texto transcrito nem simples leis autorizativas de abertura de crédito, que criem ou aumentem despesas, podem ser originárias do Poder Legislativo. Poder-se-ia objetar que a proposição em exame, quando se iniciou era autorizada pela Carta de 46. Mas estando em andamento quando passou a vigorar a Constituição de 15 de março é atingida pelas imposições desta. Pelo menos é o entendimento dos intérpretes consagrados, como Carlos Maximiliano que, tratando das leis constitucionais observou regerem elas o presente e o futuro, e ajusta este conceito à espécie: "A sua aplicação é imediata: tudo o que se lhes contraponha, fica eliminado. O poder constituinte é absoluto." ("Direito Intertemporal", parágrafo 280).

4. Nenhuma ressalva para os processos que encontram em andamento na Constituição do Brasil. Resta ao tribunal proponente renovar sua

mensagem através do Poder Executivo.

A Comissão de Finanças, ante o exposto, opina pelo arquivamento do projeto, que deve ser comunicado ao Tribunal proponente se aprovado pelo plenário do Senado.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1967. — João Cleofas, Presidente, eventual. — Bezerra Neto, Relator. — Oscar Passos — Pessoa de Queiroz — Clodomir Millet — José Leite — Fernando Corrêa — José Ernirto — Petrólio Portela.

Pareceres ns. 288, 289 e 290, de 1967

PARECER Nº 288, DE 1967

Da Comissão de Serviço Público Civil sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 324, de 1966, (nº 1.847-B-64 na Câmara), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e os respectivos cargos, na Sexta Região da Justiça do Trabalho e da outras providências.

Relator: Senador Vasconcelos Torres.

Originário do Poder Executivo (Mensagem nº 45, de 1964), o presente projeto cria "na 6ª Região da Justiça do Trabalho 16 (dezesseis) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas: 6ª e 7ª, com sede em Recife; única em Cabo, única em Catende, única em Limoeiro e única em Pesqueira, no Estado de Pernambuco, única em Patos, única em Itabaiana e única em Souza, no Estado da Paraíba; única em Penedo, única em União dos Palmares e única em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas; única em Mossoró, única em Caicó, única em Nova Cruz e única em Macau, no Estado do Rio Grande do Norte" (art. 1º).

2º. O artigo 2º dá competência ao TRT da 6ª Região para baixar Resolução fixando a jurisdição das Juntas criadas, bem como para alterar a das atualmente existentes.

3. Pelos artigos 3º e 4º são criados os cargos de Juiz do Trabalho, Juiz do Trabalho Substituto, Vogaís, Suplentes e funcionários da Secretaria, em número necessário e indispensável ao funcionamento das novas Juntas de Conciliação e Julgamento, com "a remuneração correspondente à atribuída aos ocupantes de igual função na mesma Região" (§ 1º do art. 3º).

4. O Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em sua Exposição de Motivos sobre a matéria nº 110-B, de 1964, esclarece existirem em andamento, somente em Recife, cerca de dez mil processos nas suas cinco Juntas — isso em 1964 — mas que, apesar de terem sido criadas novas Juntas, em atendimento a solicitação feita em 1957, "o aumento ponderável da densidade demográfica, naqueles Estados Nordesteiros, está a exigir novo e mais vasto plano de extensão jurisdicional, criando-se novos órgãos de primeira instância,

em municípios-chaves para a Justiça do Trabalho, por sua importância e localização geográfica, de mais fácil acesso e meios de comunicação, os quais poderão servir de sede a novas Juntas de Conciliação e Julgamento".

Ressalta, ainda, a mesma Exposição de Motivos, o fato de que, "com a recente promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural", cresceu, de forma aceita, o número dos que procuram os órgãos jurisdicionais da Justiça do Trabalho", razão pela qual torna-se indispensável a criação de novas Juntas.

5. Do estudo da proposição, verifica-se que a mesma se encontra em perfeita ordem, obedecendo aos critérios e preceitos legais vigentes no âmbito do serviço público civil, nada havendo que lhe possa ser arguido ou oposto.

7. Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de criação de Juntas de Conciliação e Julgamento solicitada pelo próprio Poder Executivo para atender às imperiosas necessidades da Justiça do Trabalho na extensa região que especifica, a Comissão de Serviço Público Civil opina aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 8 de março de 1967. — Arnon de Mello, Presidente. — Vasconcelos Torres, Relator. — Paulo Torres — José Feliciano. — José Guimard.

PARECER Nº 289, DE 1967

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei nº 324, de 1966 (nº 1.874-B-64, na Câmara), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e os respectivos cargos, na 6ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Originou-se a presente proposição de Mensagem do Poder Executivo, nº 45, de 1964, e cria, nos termos do seu art. 1º, "na 6ª Região da Justiça do Trabalho 16 (dezesseis) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas: 6ª e 7ª, com sede em Recife; única em Cabo, única em Catende, única em Limoeiro e única em Pesqueira, no Estado de Pernambuco; única em Patos, única em Itabaiana e única em Souza, no Estado da Paraíba; única em Penedo, única em União dos Palmares e única em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas; única em Mossoró, única em Caicó, única em Nova Cruz e única em Macau, no Estado do Rio Grande do Norte".

2. A Câmara dos Deputados aprovou a matéria, com um substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça para melhor feição legislativa.

Entendemos que a oportunidade do projeto o manifesta, no seu mérito, mas neste parecer expressamos a conveniência de ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, em face da nova Carta Magna e de Decretos-Leis do último Governo sobre a matéria.

O Parecer da Comissão de Legislação Social é pela aprovação.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1967. — Petrólio Portela, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Ray Carneiro — Alvaro Maia — José Rollemberg Leite — João Leite — Manoel Villaga.

PARECER Nº 290, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 324, de 1966 (nº 1.847-B-64, na Câmara), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e os respectivos cargos, na 6ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. O presente projeto teve sua iniciativa na Mensagem do Poder Executivo nº 45, de 1964, e cria, nos termos do seu art. 1º, "na 6ª Região da Justiça do Trabalho, 16 (dezesseis) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas: 6ª e 7ª, com sede em Recife; única em Cabo, única em Catende, única em Limoeiro e única em Pesqueira, no Estado de Pernambuco; única em Patos, única em Itabaiana e única em Souza, no Estado da Paraíba; única em Penedo, única em União dos Palmares e única em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas; única em Mossoró, única em Caicó, única em Nova Cruz e única em Macau, no Estado do Rio Grande do Norte".

A Câmara dos Deputados aprovou a matéria, em substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, o qual, sem alterar os quantitativos, deu melhor feição legislativa.

A Comissão de Finanças é de Parecer pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1967. — João Cleofas, Presidente eventual. — Bezerra Neto, Relator. — Oscar Passos — Pessoa de Queiroz — Clodomir Millet — José Leite — Fernando Corrêa — José Ernirto — Petrólio Portela.

Pareceres ns. 291 e 292, de 1967

PARECER Nº 291, DE 1967

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas sobre o Projeto de Lei da Câmara número 285, de 1966 (nº 3.498-B-63, na Câmara), que dispõe sobre a concessão de transporte gratuito, ou com abatimento, nas estradas de ferro da Rede Ferroviária Federal S. A.

Relator: Senador Carlos Lindenberg

O projeto em exame, de iniciativa do sr. Deputado Pinheiro Brispa, tem por objetivo conceder transporte gratuito, ou com abatimento, nas estradas de ferro da Rede Ferroviária Federal S. A. e em tráfego mútuo, inclusive na sparticulars em regime de reciprocidade.

A Câmara aprovou o substitutivo do Sr. Deputado Vasco Filho, atual texto da proposição, no qual, alterando a Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, que constituiu a Rede Ferroviária Federal, relaciona as pessoas as quais serão concedidos passs livres com direito a viagem em todas as ferrovias incorporadas a esta empresa, bem assim o pessoal contemplado com o abatimento de 75%.

A proposição pretende estabelecer concessões atualmente canceladas ou suspensas, criando, ainda, uma série de outras anteriormente previstas.

É sabido de todos o propósito do poder público federal, quando não de abolir totalmente muitos dos antigos benefícios desta natureza, pelo menos de restituir a prestação gratuita de serviços comerciais ou industriais por parte das entidades autárquicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Alas, de conformidade com os expressos termos do art. 10 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, as entidades autárquicas, quando e enquanto deficitárias, são obrigadas a extinguir a prestação gratuita daqueles serviços.

Ora, o projeto em apêço, com sua excessiva liberalidade na concessão de passagens livres e redução de preços de passagens, contraria frontalmente a política de transportes do Governo empenhado em solucionar o grave problema da evasão de rendas das ferrovias nacionais.

E' de todos conhecida a existência dos vultuosos "deficits" que a Rede Ferroviária Federal vem apresentando nos últimos exercícios, malgrado as adequadas medidas que estão sendo tomadas tendentes a diminuir-lhes gradativamente o último dos quais é a ordem de Cr\$ 300.000.000.000, saldos negativos esses que são cobertos com recursos provenientes do Tesouro Nacional.

No momento, pois, em que os dirigentes dessa empresa e as autoridades governamentais porfiam em reduzir os enormes "deficits" com a extinção metódica de ramais considerados antieconômicos, a concessão pró-gra de benefícios, como os assinalados no projeto, virá por certo, dificultar sobremaneira esta e outras medidas restritivas de gastos.

Pelas razões expostas, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas manifesta-se pela rejeição do presente projeto.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1967. — José Leite, Presidente; Carlos Lindenberg, Relator e Lino de Mattos.

PARECER Nº 292, DE 1967

A Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 286, de 1966 (nº 3.498-B-66 na Câmara), que dispõe sobre a concessão de transporte gratuito, ou com abatimento, nas estradas de ferro da Rede Ferroviária Federal S. A.

Relator: Senador Pessoa de Queiroz

De autoria do Deputado Pinheiro Rezolla, o projeto em exame, remetido ao Senado nos termos da emenda substitutiva da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, modifica a Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, que criou a Rede Ferroviária Federal, oferecendo novo elenco de pessoas às quais deverão ser concedidos passes livres com direito a viagem em todas as ferrovias incorporadas a esta empresa e concedendo abatimento de 75% ao seu pessoal ativo e familiares na unidade operacional onde serve ou for aposentado.

A proposição já foi detidamente examinada pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas desta Casa que a rejeitou por contrariar normas expressas contidas no art. 10 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

De conformidade com este diploma legal, as entidades autárquicas, como o caso a Rede Ferroviária Federal, deverão abolir a prestação gratuita de seus serviços, quando e enquanto se encontrarem em regime deficitário. O projeto, além de infringir preceito legal, vai de encontro à política do governo no tocante à contenção orçamentária da evasão de numerários das ferrovias brasileiras.

Não há quem não desaconselha toda e qualquer medida liberalizante quando concorre para dificultar, enervar ou mesmo neutralizar as providências tendentes a restringir saldos negativos das empresas governamen-

Ora, como se sabe, a Rede Ferroviária Federal vê-se mesmo na contingência de determinar a extinção de ramais anti-econômicos em face das dificuldades financeiras que vem enfrentando, evidenciadas através do seu último vultoso déficit da ordem de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) e que deverá ser coberto com recursos provenientes do Tesouro Nacional.

Por estes motivos, a Comissão de Finanças é de parecer que a proposição deve ser rejeitada.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1967. — João Cleofas, Presidente eventual; Pessoa de Queiroz, Relator; Oscar Passos; Clodomir Millet; José Leite; Fernando Corrêa; José Ermirio; Bezerra Neto e Petrólio Portela.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

Nº 342, de 1967

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam fornecidas seguintes informações:

1º Qual é o número de funcionários constantes do quadro da Secretaria do Senado?

2º Existe algum quadro suplementar?

3º Existe quadro especial de contratados?

4º Quantos e quais são os funcionários requisitados ou lotados fora de Brasília?

5º Quantos e quais são os funcionários à disposição de gabinetes (Mesa, Lideranças e Comissões) e a quem servem?

6º Após a vigência da atual Constituição ocorreu alguma nomeação?

7º O ato nomeativo se completa com a publicação da Ata da Reunião da Mesa Diretora que o aprovou ou imediatamente à assinatura?

8º Quantas reuniões foram publicadas após 15 de março, realizadas antes dessa data?

9º até o dia 14 de março, quantos novos funcionários foram admitidos sem concurso?

Justificação

O presente requerimento tem como objetivo o conhecimento completo da situação do pessoal do Senado. A atualização de tais informações, sobre ser útil aos membros da Câmara Alta, constituirá elementos de orientação da Mesa Diretora, capaz de aconselhar alterações que porventura se configurem necessárias.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1967. — José Ermirio.

REQUERIMENTO

Nº 343, de 1967

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que se digne solicitar ao Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal o seguinte pedido de informação:

Se foram concedidos empréstimos aos Bansários e qual o critério adotado.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1967. — Senador Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência deferiu, hoje o Requerimento nº 340, apresentado na sessão anterior, no qual o Senhor Senador Raul Giuberti solicita informações a serem prestadas pelo Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência deferiu, hoje, o Requerimento nº 340, apresentado na sessão anterior, no qual o Sr. Senador Raul Giuberti solicita informações a serem prestadas pelo Ministro dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE:

A primeira sessão de hoje, conforme deliberado e mssessão anterior, será dedicada às comemorações do "Dia da Vitória". Tem a palavra o Senhor Senador Paulo Torres.

O SR. PAULO TORRES:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Soldado, e tão-somente soldado, educado na escola da obediência e do dever, jamais poderia pensar, em 8 de maio de 1945, quando integrava a Força Expedicionária Brasileira, que, hoje, teria a honra de, como representante do povo fluminense, falar do alto desta tribuna sobre aquela data tão ansiosamente esperada: o Dia da Vitória.

Venho, pois, neste dia em que a humanidade comemora, com justa alegria, o término do maior conflito de todos os tempos, render, em nome dos meus coestadianos, o nosso preito de gratidão e o nosso profundo reconhecimento à memória dos bravos que em defesa da Democracia, penetraram, jovens ainda, naquela noite em que não há mais alvorada. Os nossos intrepídidos marinheiros, arrojados aviadores e valentes soldados subiram, brasileiroamente, honrar as tradições gloriosas do povo brasileiro. Não poderíamos ficar omissos e indiferentes ante a agressão traiçoeira e covarde dos nazifascistas que vieram, dentro de nossas águas territoriais, afundar os nossos navios mercantes e, assim, ceifar a vida de cesteiras de irmãos nossos, entre os quais velhos, mulheres e crianças indefesos.

E o Governo do ilustre Presidente Getúlio Vargas, auscultando o sentir do povo brasileiro e inspirando-se nas patrióticas lições do nosso passado, em que fulguram, entre muitos, os espíritos iluminados de Panamá, Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Nilo Peçanha, declara guerra aos países totalitários. Outra não poderia ter sido a atitude de S. Exa. A sorte estava lançada.

Aceitamos, pois, o desafio. E a bordo dos navios mercantes e de guerra, no ar e nos campos da Europa, lutamos, bravamente, vencendo o inimigo e, não só desafiávamos o Brasil da brutal agressão, como o projetávamos internacionalmente dentro de um sistema de forças que haveria de assegurar a sobrevivência dos padrões de cultura, justiça e liberdade que são o apanágio da vida humana.

A Força Expedicionária Brasileira, integrada por cidadãos oriundos de todos os Estados, e, muitos, descendentes de povos contra os quais iam combater, desembarcou o seu primeiro escalão, em Nápoles, no dia 16 de julho de 1944 e, no dia 6 de setembro do mesmo ano, entra em ação, fazendo parte de um conjunto de tropas constituidas de norte-americanos, italianos, ingleses, canadenses, indianos, poloneses, sul-africanos. Homens de educação, cultura, hábitos, condições sociais e religiosas os mais diversos. Dentro desse conglomerado heterogêneo, a Força Expedicionária Brasileira emergiu como tropa de escol, no Teatro de Operações do Mediterrâneo.

Ao longo de 239 dias de lutas em terreno o mais variado, desde a planície aos pináculos do Apeninos e sob as condições de tempo as mais diversas, que chegaram a atingir 20 graus abaixo de zero, conquistamos o inimigo fortemente aguerrido e apetrechado, às vezes, palmo a palmo, mais de 400 quilômetros, e vimos, com justo

orgulho, a Bandeira Brasileira ser erguida, após duros combates, em Camaiore, Monte Prato, Monte Castelo, Castelnuovo, Montese, Zocca, Collescio, Fornovo e as nossas valorosas tropas libertarem mais de meia centena de cidades e povoados, destacando-se as seguintes cidades: Vignola, Parma, Cremona, Lodi, Placência, junção das tropas brasileiras e francesas. Longa, penosa e difícil foi a junção das tropas brasileiras e francesas. Longa, penosa e difícil foi a missão que coube à Força Expedicionária Brasileira.

Eis como o eminente Marechal Mascarenhas de Moraes, se dirigiu, em 2 de maio de 1945, término das operações na Itália, aos meus valerosos comandados: "A ordem de cessar fogo acaba de ser dada a todas as tropas que combatem na Itália. 'Gloria a Deus nas Alturas e paz entre os homens de boa vontade na terra'".

Depois de quase seis anos de pesadas lutas, que engastaram todos os quadrantes da Europa e fizeram profundas cicatrizes no seu progresso e civilização, volta a reviver a paz nos campos e cidades que ainda ontem estremeciam às explosões das grandaas e se tingiam de sangue dos bravos, que deram a vida em nome de um ideal e pelo advento de um mundo melhor.

O conflito que arrastou nações fortes e fracas, grandes e pequenas, ricas e pobres, chegou ao seu término neste Teatro de Operações, e está prestes a encerrar-se em toda a Europa. Ontem eram milhões que tinham as mãos sobre as armas mortíferas, espírito insensível ao sofrimento, coração fechado às emoções e pensamento fixo na vitória da causa comum.

Hoje é quase toda a Humanidade que se ajoelha contrita, espírito reanimado pela esperança, coração redutivo pelo afé e pensamento voltado para a reconstrução do mundo e o bem da coletividade.

Quis o destino que, entre as armas vitoriosas que neste instante se ensarilham, estivessem as nobres armas brasileiras, lançadas nesta grande conflagração mundial em defesa não somente da honra e dignidade nacionais, mas também em nome da solidariedade humana e em prol do restabelecimento da confiança e do respeito entre as Nações, quaisquer que sejam as bases, o colorido e a força da sua estrutura política e econômica.

A Força Expedicionária que representou o Brasil nesta sanguinolenta guerra, cumpriu galhardamente a missão que lhe foi confiada, mercê de Deus e a despeito de condições e circunstâncias adversas. Num terreno montanhoso, a cujos pináculos o homem chega com dificuldades; num inverno rigoroso que a totalidade da tropa veio enfrentar pela primeira vez e contra o inimigo audacioso, combativo e muito bem instruído, podemos dizer assim, mesmo, e por isso mesmo, que nossos bravos soldados não desmereceram a confiança que nêles depositavam os chefes e a própria Nação brasileira.

Após oito meses de luta, em que, como todos os Exércitos, sofremos pesados reveses e obtivemos brilhantes vitórias, o balanço de uns e outros é ainda favorável às nossas armas. Desde o dia 16 de setembro de 1944, a F.E.B. percorreu, conquistando ao inimigo, às vezes palmo a palmo, cerca de quatrocentos quilômetros de Luca a Alessandria, pelos vales dos rios Serchio, Reno e Panaro e pela planície do Pó; libertou quase meia centena de vila se cidades; sofreu mais de duas mil baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos; fez o considerável número de mais de vinte mil prisioneiros, vencendo pelas armas e impondo a rendição incondicional e duas Divisões inimigas.

um registro deveras honroso e de vulto para uma Divisão de Infantaria. Um dia se reconhecerá que o seu esforço foi superior às suas possibilidades materiais, porém, plenamente consentâneo com a noção de dever e amor a responsabilidade, revelando pelos nossos homens em todos os degraus e escadões da hierarquia, e em todas as crises e circunstâncias da campanha, que neste instante acabamos de encerrar.

Regressamos com feridas ainda sangrando dos últimos encontros, mas, nunca, pela nossa atuação, o prestígio e o nome do Brasil percharam ou foram comprometidos.

É bem verdade, e vale a pena afirmar, que preço bem alto pagamos por esse resultado. O sangue dos nossos bravos camaradas tingiu de vermelho essas belas verde-escurelas montanhas dos Apeninos e algumas centenas dos nossos companheiros já não retornarão à Pátria, conosco, porque dormem o sono eterno, sob as terras úmidas e verdejantes das planícies da Toscana.

Não foram muitos os meses que aqui passamos; muitos foram, entretanto, os triunfos que incorporamos ao rico patrimônio e às nossas belas tradições militares: Camaiore — Monte Prato — Barga — no vale do Serchio; Monte Castello — La Serra — Castelnuovo, no vale do rio Reno; Montese — Zocca — Marano su Panaro, no vale do Rio Panaro; Colicchio e Fornovo di Taro, na rica planície do Pó.

Esses nomes se inscreverão, por certo, dentre aqueles que receberam o culto das gerações patrióticas, porque na Itália, como nos campos de batalha sul-americanos, o Exército brasileiro mostrou-se digno do seu passado e à altura do conceito que os seus chefes e soldados de outrora firmaram com a espada e selaram com sangue dos seus legítimos e sempre venerados heróis, Oficiais e Praças da Força Expedicionária Brasileira!

Eu me sinto justamente orgulhoso de vos ter comandado nessa memorável campanha e considero a presente oportunidade o maior e melhor prêmio que poderia receber pelos meus quarenta e seis anos de efetivo serviço ao Exército e ao Brasil. Vós também podereis estar orgulhosos de terdes cumprido dignamente o vosso dever e concorrido brilhantemente para que à nossa Pátria fosse reservado um lugar na reconstrução do Mundo.

E com orgulho sem jactância, e confiança sem exageros, retornemos aos nossos lares, aos nossos quarteis e postos de trabalho, para prosseguirmos na faina sagrada de fazer um Brasil forte e respeitado, num mundo livre e feliz.

O Sr. José Ermirio — Permite-me um aparte, Senador Paulo Torres?

O SR. PAULO TORRES — Com muita honra!

O Sr. José Ermirio — Congratulome com V. Ex.^a pela exposição que ora faz de uma das mais brilhantes páginas de nossa História. Os brasileiros que daqui saíram para a Itália lutaram, decididamente, e cumpriram sua missão. Entre pracinhas, marinheiros da Marinha Mercante e da Armada, perdemos mais de novecentos homens. Da nossa Marinha Mercante perdemos cinquenta e cinco navios. Tudo isso num esforço titânico para dar ao mundo aquilo que tanto amamos — a Democracia. Por isso, o dia de hoje deve ser comemorado por muitos anos e não deve nunca ser esquecido, pois a atuação do Brasil foi das mais brilhantes em terra da Itália. Novamente digo a V. Ex.^a: magnífica foi a ação de V. Ex.^a ao trazer ao plenário a recordação de dias tão duros, como aqueles da Segunda Guerra Mundial.

O SR. PAULO TORRES — É com muita honra, nobre Senador José Ermirio, que incorporo à minha modesta oração as palavras vibrantes e patrióticas de V. Ex.^a.

Dizia Antonino Pio que "felizes são os povos que não têm história". Não podemos, entretanto, concordar com isto; felizes os povos que a têm como o povo brasileiro, alicerçado na bravura de nossos heróis e na inteligência e cultura dos seus filhos.

(Lendo) — A grande guerra que abalou os alicerces do Mundo estava terminada. Ela foi, em verdade, a luta do Bem contra o mal, da Luz contra as trevas, do Direito contra a injustiça, da Liberdade contra o cativismo, da Democracia contra o totalitarismo.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) O discurso que V. Ex.^a está proferindo tem o sabor de um depoimento histórico, porque, V. Ex.^a foi parte ativa, como representante da nossa Força Expedicionária, no conflito tremendo que ensanguentou o mundo há vinte e tantos anos. E o depoimento de V. Ex.^a a respeito dos horrores da Segunda Grande Guerra, por certo terá o valor de alertar, cada vez mais, a consciência dos homens que querem um mundo de harmonia, de paz e de progresso. As guerras resultam do acúmulo de erros, não só no âmbito internacional mas, sobretudo, dentro das próprias pátrias onde elas se desencadeiam. E nós, que vivemos no Brasil, pacíficas por excelência, se não estivermos atentos às atitudes, aos atos, à conduta dos homens que empunham o poder — permitindo cometimentos contra a Lei, contra o Direito, contra o respeito à pessoa humana — estaremos, desde agora, concorrendo para que outras guerras, mais violentas do que essa, se desencadeiem sobre o mundo e façam, talvez, perecer a própria humanidade. Assim, o discurso de V. Ex.^a é como que um levantamento de consciências para que, cada um no seu posto, cumprindo o seu dever possa concorrer para evitar que outras guerras venham a assolar o mundo.

O SR. PAULO TORRES — Agradeço, Sr. Senador Edmundo Levi, o seu inteligente aparte.

Hoje é o Dia da Vitória das forças aliadas no Ocidente. Não estamos comemorando o dia 2 de maio, que foi o dia da vitória na Itália. Depois da nossa vitória na Itália, na Europa ainda se lutou mais seis dias. Vencemos as tropas adversárias inimigas no terreno da luta. Capitulamos duas divisões inteiras, inclusive a 90ª Divisão Panzer, que era a divisão do African Corps da África. A nossa luta foi árdua, foi dura. Eu não poderia hoje, aqui, com a imensa honra como representante do povo fluminense, como colega de V. Ex.^a e como major na guerra, sofrendo na carne, através dos ferimentos recebidos, deixar de relembrar os feitos daqueles nossos patriotas que lá se imolaram para que nós continuássemos a viver livre e honestamente.

(Retomando a leitura)

Os militares, com imenso sacrifício e patriotismo, a venceram. E os estadistas consolidaram a paz?

A Organização das Nações Unidas, nascida, em São Francisco, sob o signo da Vitória das Forças Democráticas na segunda Guerra Mundial, proclamava em 26 de junho de 1945, um mês e pouco do seu término, o seguinte:

"Nós os povos nas Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e valor do ser humano, na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres, assim como nas nações grandes e pequenas... Decidimos congregar nossos esforços para a consecução desses objetivos".

Foi a partir de 24 de outubro do mesmo ano, data em que começou a vigor, recebida com grande alegria em todos os quadrantes da Terra. Ela seria o instrumento que evitaria novos conflitos. Muito embora sofria algumas restrições, vem ela, ao longo desses dois decênios, procurando ser não somente dar a todos os povos dias de paz, como impedindo que choques como os dos Balcãs, em 1946; Palestina, em 1948; Cachemira, em 1949-1964; Líbano, em 1958; Congo, em 1963; Nova Guiné, em 1963; Chipre, em 1964; se transformassem em conflitos de proporções incontáveis e evitando que, dos casos da Coreia, Suez e Cuba, surgisse uma Terceira Guerra Mundial. No Vietnã vem fazendo ingênuos esforços para que a paz volte novamente ao Sudeste Asiático.

Esses choques, apesar de locais, interessam nos dias que correm, a toda a humanidade, que, vive, por conseguinte, horas graves e sombrias. O Brasil, pois, sofre os efeitos dessa onda de insegurança e inquietação que atinge o Universo.

É preciso que o povo compreenda que somente as Nações planejadas para a paz podem sobreviver a ideia de conquista que, desgraçadamente, anima alguns espíritos.

As guerras, infelizmente, sempre existiram.

O professor norte-americano Maurício Daves, afirma em seu livro "As Guerras nas Sociedades Primitivas" o seguinte: de 1486 antes de Cristo a 1401 depois de Cristo ou seja em 3357 anos, houve 227 anos de paz e 3130 de guerra.

No decurso dos três últimos séculos, houve 266 guerras na Europa. De 1.500 antes de Cristo a 1861 depois de Cristo foram concluídos mais de oito mil tratados de paz, com o propósito de permanecerem em vigor para sempre.

Sua duração média foi de dois anos. Vemos, com profunda tristeza, que o sonho de Kant não será para os nossos dias.

Devemos, isto sim, estar preparados, vigilantes e unidos, como um só homem e uma só vontade para preservar este pedaço abençoado da Terra Americana que a bondade de Deus nos confiou.

Os estadistas ocidentais, quando da última Grande Guerra, tudo cederam ao nazi-fascismo, na doce esperança de evitá-la. Estavam, entretanto, esquecidos do profundo e eterno aforismo de Le Bon: "As concessões jamais impediram as batalhas que se tornavam necessárias, antes, as fizeram muito mais custosas e mais duras".

Elas custaram à humanidade rios de sangue, suor e lágrimas.

Meditemos, profundamente, para que novos erros se não repitam. É uma meditação necessária, porque deles não advém somente prejuízo material, mas, antes e principalmente, perdas de vidas preciosas.

Devemos ter bem presentes as palavras de Frederico Schusman, Na Estratégia de Terror: "Para quebrar a resistência do inimigo, é necessário conservar-se, pelo menos, uma geração à frente dele, em ciência militar, e duas gerações em ciência política. E a política é, na opinião de Charles Valéry, a arte de impedir que nos envolvamos naquilo que nos diz respeito. É a estratégia, segundo Hédell Harp, é a arte de distribuir e de aplicar os meios militares para atingir fins políticos. Estratégia e política, pois, se fundem, se complementam".

A Estratégia Política tem como instrumentos a ação governamental, a atividade dos partidos políticos, a ação parlamentar e a opinião pública, que existem por força dos fundamentos que compõem o Poder Político o que aliás, vem ratificar o conceito de Max Werner, na Batalha pelo Domínio do Mundo — quando afirma: a guerra moderna não é somente mecanizada ela é, também, politizada. Não esqueçamos que o Poder Político, como

nos ensina Borderoux, é uma força a serviço de uma ideia. E essa ideia é tornar a nossa Pátria, pelo nosso trabalho, inteligência, cultura, patriotismo, mas sem interferências estranhas, cada vez mais progressista.

Assim, como na magistral conferência de Buenos Aires, 1916, profetizava o genial Rui Barbosa que "Não pode haver neutralidade possível entre o criminoso e a vítima", não há nos dias que correm, mais lugar para os comodistas, para os célicos, para os indiferentes. Não nos esqueçamos que desapareceu, há muito, a fórmula sentimental da sobrevivência das Nações pelos princípios ideológicos ou doutrinários. Para que o Brasil continue a viver livremente, precisa de estar apoiado nos músculos, na inteligência, na capacidade de trabalho e na bravura de todos os seus filhos.

Temos um patrimônio sagrado e incomparável a defender, e o defenderemos, como o fizeram os nossos maiores, com o nosso sangue, com a nossa alma de brasileiros e com o nosso acendrado patriotismo. Não desejamos a guerra, mas estamos, mais uma vez, dispostos a todos os expulsamos o batavo invasor; quer é a maior dívida que Deus concedeu ao Homem, não desapareça da face da Terra.

Devemos estar vigilantes e preparados para que sejamos dignos dos nossos antepassados: quer dos que expulsaram o botavo invasor; quer dos que, com estoicismo dilataram nossas fronteiras; quer dos que com genialidade, as limitaram; quer dos que nos campos do Paraguai se cobriram de glória; quer, ainda, dos que caíram, impavidamente, em terras da Pátria de Lavour e Garibaldi para que pudéssemos continuar a viver livres e dignamente.

Necessário se torna, no momento em que rendemos, com os corações palpitando de profunda saudade, as nossas sinceras e imorredouras homenagens à memória dos bravos que se imolaram pela Democracia, o que importa em dizer pela Liberdade, que o povo brasileiro não se esqueça de que a nossa Pátria necessita, agora mais do que nunca, de paz, para que a nossa valorosa gente, tranqüila e feliz, prossiga trabalhando diuturnamente pelo seu progresso.

De paz, para que o Governo do eminente Presidente Costa e Silva — condenando ideologias maisas, colocando o interesse coletivo antes do particularista, vendo a Pátria acima de grupos, possa: resolver, em definitivo, o vergonhoso problema da instrução; amparar, verdadeiramente e sem demagogia, o trabalhador; proteger o comércio, a indústria, a lavoura, a pecuária; dar verdadeira assistência à velhice e à infância; animar as letras, as ciências, as artes. Mas, para que esses e outros problemas, que estão equacionados, sejam resolvidos, torna-se imprescindível, antes e acima de tudo, que tenhamos paz.

Esta, entretanto, só poderemos obtê-la, lutando bravamente em defesa de nossas Instituições Democráticas, contra os que procuram, por todos os modos, direta ou indiretamente, ostensiva ou dissimuladamente, golpearlas.

Tenhamos, Senhores Senadores, neste dia em que, com a alma de joelhos, reverenciamos a memória dos nossos irmãos que, em defesa da Democracia, tombaram gloriosamente o pensamento merecido no passado de nossa Pátria, os olhos gravados no seu futuro e o coração em Deus, para, assim, fazer-lhe cada vez mais digna, forte e respeitada. (Muito bem! Pátria forte e respeitada).

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Tem a palavra Sr. Senador Raul Gurett. (Pausa)

O SR. RAUL GURETT:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado da República, pa-

ra, analisar as dificuldades, que enfrentam todos os Estados da Federação, principalmente, as aflições que vive no momento o meu Estado, o Espírito Santo, particularmente o homem do campo espirito-santense.

Está fora de qualquer dúvida, a parca substancial da receita estadual, com o novo sistema tributário e também, o comprometimento de nossa estrutura econômica, em consequência da política agrícola estabelecida pelo Governo.

É questão pacífica no meu Estado, que o sistema adotado pelo Instituto Brasileiro do Café, com a política de erradicação dos cafezais antieconômica, a que o café, de baixa qualidade e paladar ruim desapareça, conduzindo assim para diminuir o excesso de produção cafeeira e por outro lado, permaneçam produzindo, apenas regiões, onde o café, graças a qualidade da terra, clima, etc., é de boa qualidade.

Entretanto, acontece, que o Espírito Santo não é, absolutamente, o responsável pela superprodução do café brasileiro, é bastante examinar-se as estatísticas do próprio I. B. C. para verificar-se que a nossa produção mantém-se estacionária, e até, vem diminuindo gradativamente, de ano para ano. Praticando-se assim, de vagar e com certa constância a substituição de café por outros tipos de cultura agrícola.

Além disso, o nosso café não aumenta em uma única saca o estoque existente, porque a verdade é que, nossa produção não sofre nenhuma retenção, tem aceitação no mercado, é comercializado, transformando-se em divisas tão boas e tão bem vindas quantas as produzidas pelos cafés finos.

Isto vem acarretando outro fenômeno, que já está preocupando todos aqueles que se interessam pela vida econômica e social do nosso povo. A transformação de nossas áreas cafeeiras em zonas de pastagem, tomando o corpo a pecuária extensiva, imprópria na minha modesta opinião, para Estado de pequena dimensão geográfica como o nosso; criando um dos problemas mais sérios, que é o desemprego rural, levando o homem de nosso interior a abandoná-lo, em busca de centros maiores, em demanda de trabalho, que permitam o seu sustento e de sua família.

A fuga do rural em meu Estado não sofre contestação, é frequente encontrar-se nas estradas do Espírito Santo, caminhões e mais caminhões, lotados de homens, mulheres e crianças, que em consequência da falta do que fazer, da carência de recursos e cuja mão de obra não é mais solicitada, buscam outros centros, outros estados e até outros países onde haja esperança de emprego e de dias melhores para si e seus filhos.

Estamos nos transformando num Estado, sem nenhuma perspectiva, e o Governo, não nos indicar outra alternativa, que permita a recuperação de nossas terras, concorrendo gradativamente para a diversificação de nossa lavoura, com a integração do homem no interior, numa melhor concepção de vida, garantindo mercado consumidor, com preços compatíveis, a solução será, aguardar um milagre dos céus, porque o presente que não é nada animador está nos anunciando um futuro sem esperança.

Entretanto, não estamos aqui apenas para equacionar problemas, mas também oferecer algumas soluções, que poderão minorar bastante o estado de angústia que atravessamos. Consideramos dever dos poderes constituídos, não apenas, promover planos de desenvolvimento, mas também e principalmente, impedir o regresso ao subdesenvolvimento, garantindo condições para continuação de prosperidade em todas as áreas.

Dai a importância de se dotar os Estados, principalmente aqueles menos favorecidos, de instrumentos capazes de levá-los novamente, a en-

contrar os caminhos do progresso e do desenvolvimento.

A aplicação de meios terá que ser racional e humana, atendendo as urgentes necessidades dos cafeicultores, para solução dos problemas que os constroem, não deve e nem pode ser simples, como a erradicação pura de uma só região, o que trará como esta trazendo o desespero para os plantadores de café. O sacrifício terá que ser dividido e subdividido, para que o peso da extinção da superprodução seja suportável e a diversificação, deverá ser executada a longo prazo, capaz de paulatinamente corrigir os erros originais e abrir novas perspectivas par sua evolução.

Não podemos fugir da verdade, temos um país de café, portanto devemos permitir, como está acontecendo com a nova orientação do I. B. C., a comercialização de cafés de baixo e oferecer meios aos nossos cafeicultores, assistência e recursos para melhorar o tipo de nosso café, dando margem a melhorar as condições de comércio para nosso produto.

Em segundo lugar, sabendo-se que o Espírito Santo, principalmente, a região acima do Rio Doce, apresenta as mesmas características do Nordeste brasileiro, com estagnações prolongadas que comprometem sensivelmente toda produção agrícola. Então seria de vital importância para nós, que o Governo Federal estendesse ao Espírito Santo os benefícios da SUDENE, a exemplo do que acontece com determinada região de Minas Gerais.

Outra solução, já que nosso Estado pouco usufrui de benefícios da Cia. Vale do Rio Doce, seria bem proveitoso que se isentasse a empresa do imposto de Renda, com obrigação da companhia investir no Espírito Santo e em Minas Gerais o produto desta isenção.

Qualquer uma destas providências, viria a permitir a elaboração de planos de desenvolvimento, e investimentos que viesse concorrer para utilização de mais mão de obra, permitindo a fixação do homem no seu habitat, impedindo a sua ida para centros populacionais maiores criando ali problemas sociais que se pretende evitar.

Seria a formação de nova mentalidade, onde técnicos passariam a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento regional, com a instalação de campos experimentais, para produção de algodão; em núcleos coloniais para produção e distribuição de sementes de cultura básica; incrementar a fruticultura com amplas distribuição de mudas.

Estabelecer núcleos para criação e melhoramentos de suínos, favorecendo a produção de carne de alto rendimento.

Estabelecer um sistema para conservação e recuperação do solo. Incrementar o cooperativismo, com o fornecimento material e assistencial técnico-financeiro, às cooperativas.

E de grande importância, estruturar-se um sistema de ampliação de nosso potencial de energia elétrica, com o objetivo, de se conseguir um fornecimento de eletricidade, não só com a finalidade de incrementar o aparecimento de novas indústrias, como também se permitindo a eletrificação rural.

É fundamental, a implantação de um sistema rodoviário, capaz de evitar um desestímulo para produtos agrícolas indispensáveis à economia estadual e nacional, pela falta de escoamento das regiões de produção, por ausência de estrada eficientes e capazes de levar as produções agrícolas do produtor ao consumidor.

Acima disto, tudo que ficou dito é forçoso que se estabeleça um programa de assistência ao homem dando-lhe meios de educação e de saúde indispensáveis para que ele se situe com seus familiares uma posição compatível com a dignidade humana.

Muito bem! Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins. (P. 13.1) Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Atílio Fontana.

O SR. ATTILIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, vim acompanhando com o mais vivo interesse, tudo quanto se diz a respeito da economia nacional, pois entendemos que a situação econômica do país tem grande influência sobre o bem-estar do povo brasileiro.

Ontem, lemos no jornal "O Estado de São Paulo", notícia sob o título: "Exportações CAEM DE 13%".

Esses 13% correspondem à diminuição verificada no primeiro trimestre deste ano, comparativamente a igual período do ano passado.

Nos primeiros três meses do ano passado, exportamos, em dólares ... 595.153.000 e este ano, 343.005.000 dólares. Houve diminuição de ... 52.143.000 dólares, ou seja, 8,22%. Felizmente, porém a tonelagem exportada durante os três meses em análise foi bem superior, ou seja, 1.131.52 toneladas em 1967 contra 3.986.657 toneladas, em 1966. Houve, por isso um aumento na exportação deste ano de 234.871 toneladas, ou seja, 6% enquanto que recebemos a menos 13,2%, em dólares.

Diminuiu a exportação de manganês, enquanto a de ferro aumentou de 15,1%. Exportamos este ano 2.832.122 toneladas de minério de ferro, contra 2.460.933 toneladas exportadas no ano 1966, registrando-se uma diferença, para mais, de 371.189 toneladas. De minério de manganês exportamos apenas, em 1967, 91.823 toneladas contra 229.786 toneladas no ano passado. Assim, houve decréscimo de 137.663 toneladas, ou seja, 60% a menos na exportação de minério de manganês.

Quanto ao nosso principal produto Sr. Presidente, o café, também, felizmente, a diminuição foi bastante sensível. Enquanto no ano passado exportávamos, nos três, referidos meses, 256.494 toneladas, este ano 167, exportamos 213.395 havendo um decréscimo, na nossa exportação de café, de 43.099 toneladas, ou seja 16,8%. Em dólares, tivemos respectivamente no ano passado 209.746 mil dólares e este ano apenas 156.687 mil dólares, sendo a diferença, para menos, de 53.059 mil dólares, que corresponde a 25,3%.

O SR. PRESIDENTE:

Felizmente constatamos, Sr. Presidente, que os produtos manufaturados tiveram acréscimo bastante encorajador, isto é, enquanto naqueles três meses do ano passado exportávamos US\$ 21.738.000,00 já no corrente ano exportamos US\$ 28.262.000,00. Houve uma diferença superior a US\$... 6.524.000,00 ou, em porcentagem, 30% a mais. Exportamos também maior tonelagem.

Verificamos, então, que a nossa exportação nos três primeiros meses do ano apresentaria modesto superávit, mas com o café, que reduziu de US\$ 53.059.000,00, a nossa exportação apresenta um déficit de US\$ 52.143.000,00. Quer dizer que o déficit foi inferior àque apresentado pelo café.

Sabemos da dedicação e do esforço dos membros dos governos passado e atual no setor da exportação, mas às vezes as condições não favorecem, como aquelas a que nos referimos ainda há poucos dias, quando dizíamos que os grandes estoques de excedentes, como no caso do café, trazem resultados negativos, porque sempre que há grandes excelentes o mercados tendem a declinar, e não a melhorar.

Dai a premente necessidade de uma política cafeeira, no sentido de que possamos exportar mais e por melhor preço.

É indispensável que se faça esse esforço. Felizmente, segundo notícias que nos chegam das regiões produtoras, temos, este ano uma das melhores safras de cereais de feijão soja e outros produtos, inclusive da pecuária. De fato, nossos rebanhos têm aumentado, apesar das dificuldades que o País enfrenta para poder reconquistar o mercado.

Estas as informações que nós encontramos, ontem, na imprensa e esperamos que os novos rumos traçados pelo Governo do Presidente os a e Silva possam incrementar as nossas exportações. Temos certeza de que, no setor manufaturados, há representação grande parcela daquele valor em mão-de-obra, a exportação com uma maior aumentando, pois os nossos indústriais, se amparados, farão o maior esforço para a conquista de novos mercados no Exterior. Em outros setores, muito embora o mercado internacional não seja muito favorável — como os da carne, milho, soja, que sofreram decréscimo no preço — faremos o possível para exportar uma vez que nossas safras parecem abundantes, porque aumentando a nossa balança favorável de pagamentos, estaremos contribuindo para melhorar o padrão de vida do povo brasileiro e para uma paz social duradoura e permanente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há sobre a mesa requerimento, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 344, de 1967

Requeremos, na forma regimental e de acordo com as tradições da Casa, que, pelo falecimento do Professor Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, que representou, com brilho e dignidade, o Estado da Bahia na Câmara dos Deputados, tendo ainda exercido funções de destaque no cenário nacional, inclusive as de Ministro da Fazenda, o Senado se associe ao pesar que neste momento domina o Estado, pelas seguintes homenagens:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família, ao Estado e à Universidade da Bahia.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1967. — Josephat Marinho — Antonio Balbino — Filinto Muller — Argemiro de Figueiredo — Paulo Torres — José Ermirio — Atílio Fontana — Celso Ramos — Ney Braga — Carvalho Pinto — Lobão da Silveira — Carlos Lindenberg — Bezerra Neto — Edmundo Levi.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Josephat Marinho, para encaminhar a votação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Senhores Senadores, surpreendeu-nos ontem a notícia do falecimento, em Salvador, do Professor Miguel Calmon, Reitor da Universidade da Bahia.

Em plena maturidade quando a experiência e os conhecimentos consolidados lhe ampliavam os passos na cena da vida pública, a morte lhe corta a carreira.

O Engenheiro, a princípio dedicado às tarefas de sua profissão,

hou-se Presidente do Banco Econômico da Bahia. Nessas atividades integrou-se vivamente não só pelo desenvolvimento da instituição que dirigia, como pelo estudo dos problemas econômicos e financeiros do Estado, a cujos governos emprestava, sempre que necessário ou solicitado, o subsídio de seus conhecimentos e de sua capacidade.

Mas de família tradicionalmente política e diretamente vinculado, na condição de filho, a um dos mais progressistas governadores da Bahia, Francisco Marques de Góis Calmon, o Professor Miguel Calmon, não obstante a moderação de seu temperamento, não pôde escapar ao fascínio da vida política, e, assim, se fez também deputado federal. Numa das Casas deste Congresso, manteve, no exercício do mandato, a compostura, a correção, as aptidões que o acompanharam nas tarefas anteriores. Tanto se destacou que, nas transformações da vida política do País, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, foi elevado à condição de Subsecretário de Estado e, em seguida, à de Ministro da Fazenda, onde enfrentou dificuldades notórias com a serenidade, a compreensão e a aptidão próprias de um homem indicado para o cargo.

O Sr. Antonio Balbino — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Antonio Balbino — Nobre colega e amigo, V. Exa. há de compreender a emoção de que me sinto possuído ao interferir no seu discurso de homenagem à memória do Professor Miguel Calmon. Podemos testemunhar a esta Casa, como V. Exa. com o brilho habitual está fazendo, que ele se inscreve no rol dos melhores homens públicos que a Bahia já teve ensejo de pôr a serviço do Brasil. V. Exa. fala por todos os baianos. Desejo, porém, aqui, aproveitando este ensejo, como tes emunhos de sentido histórico que normalmente não têm oportunidade de aparecer para não ferir a modestia dos homens que merecem o nosso reconhecimento por suas atitudes, enquanto eles vivem, enaltecer, perante o Senado da República, o alto, primoroso espírito público da grande figura que agora desaparece, com exemplos que acompanhei de perto. Sabe V. Exa. que o Professor Miguel Calmon foi presidente do Conselho do Desenvolvimento Econômico do Estado e o Vice-Presidente Executivo da Comissão de Planejamento, órgãos que criou quando exerci o Governo da Bahia. Mas naquele momento em que procurava sempre o caminho do acerto no Governo e em que, a estimular-lhe a ação, estava a permanente atitudes vigilante de oposicionista do então Deputado Marinho, V. Exa. talvez não saiba, porque o Professor Miguel Calmon nunca consentiu que eu divulgasse, numa época de tantas aperturas para a vida financeira do Estado, aqueles dois órgãos só se instalaram, só se institucionalizaram porque ele, com seus próprios recursos, custeava a sua atividade. O seu espírito público era tal que qualquer homem responsável por uma parcela do poder público podia ter a certeza de que ali estava a reserva que podia ser convocada, principalmente nos momentos difíceis. E foi por assim entender, e pela tradição de sua família, que importava em compromissos irretorquíveis e inesquecíveis de sua formação que não tive maior dificuldade em em convocá-lo à vida da atividade partidária. Por minhas mãos ele se inscreveu no Partido Social Democrático e eu o convenci a dispor uma cadeira de Deputado Federal pela Bahia. Depois, quis o destino ainda que a mim coubesse a tarefa de convencê-lo a aceitar, em princípio, a

alta função de Subsecretário do Ministério da Fazenda e depois a própria função efetiva de titular daquele Ministério. E em todas as oportunidades era essa nota característica da vida do Professor Miguel Calmon, cujo nome todos nós pronunciamos com o maior sentido de reverência e de apreço. Era essa noção entranhada de fidelidade ao dever que ele ainda agora exercitava, à frente da Retoria da Universidade — e também a nisto desejo dar testemunho — com prejuízo enorme para as suas atividades particulares, porque a sua falta estava sendo um grave dano às próprias organizações econômicas por ele comandadas. Mas o Professor Miguel Calmon foi sempre isto: um homem dotado de espírito público fiel à tradição que lhe legaram os seus maiores, sobretudo o seu pai, um dos maiores governadores da Bahia, Francisco Marques de Góis Calmon. Um homem que nunca dizia "não" ao seu país ou a quem o representasse sempre que dele era possível esperar algum serviço em prol da comunidade.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa., Senador Antônio Balbino, não fala apenas, nas declarações que acaba de trazer à Casa, como baiano; exprime sobretudo o pensamento de quem conviveu com o Professor Miguel Calmon e com a experiência de quem, como governador da Bahia, pôde sentir de perto os extremos de seu amor à causa pública.

Ajuntando ao que acaba de declarar outros dados, devo salientar que, Secretário da Fazenda, também experiente, por mais de uma vez, o espírito que ele impregnou na orientação do Banco que ele presidia. Embora afastado naquele instante da direção do Banco, porque exercendo o mandato de deputado federal a sua orientação prevalecia de tal modo que não havia dificuldade na vida financeira do Estado em que apelando se pedia o Banco Econômico da Bahia, o auxílio não fosse pronto, na medida do possível. Não havia formalidades não havia exigências, não havia imposições de interesse ou de lucro. O Banco como que funcionava desdobrando-se numa instituição do próprio Estado, para servi-lo. O homem que assim dirigiu um estabelecimento bancário pôde galgar justas vitórias na vida pública.

O Sr. Atílio Fontana — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Atílio Fontana — Quero agradecer ao nobre Senador a oportunidade que me dá de, no momento em que desaparece um grande brasileiro que teve a felicidade de conhecer na Câmara dos Deputados, prestar também minha homenagem. Convivemos trabalhamos juntos na Comissão de Economia daquela Casa e pude observar a orientação e o espírito público do Professor Miguel Calmon, a dedicação e o interesse que sempre demonstrava no sentido de dar colaboração eficiente aos projetos em tramitação naquela Casa, muitos deles relacionados por S. Exa. na referida Comissão. Pesso dizer que se tratava de um homem digno sob todos os aspectos, que correspondia muito bem ao mandato que o povo da Bahia lhe confiou. Associe-me ao voto de pesar neste momento proposto por V. Exa., especialmente porque Miguel Calmon era ainda jovem e podia continuar prestando relevantes serviços ao País.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. confirma, Senador Atílio Fontana, com o conhecimento de companheiro na Câmara dos Deputados, as virtudes e as qualidades do Professor Miguel Calmon.

Tento ele se credenciou no exercício do mandato, tanto se afirmou como homem capaz, no Ministério da

Fazenda, que, deixando o exercício da representação popular, pensou que retornava, tranquilamente, à direção do Banco Econômico da Bahia. Era, porém, engano.

O Sr. José Ermírio — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. José Ermírio — Conheci o Professor Miguel Calmon Du Pin Almeida. Considero uma grande perda para o Brasil, pelo seu espírito de trabalho, pelos seus conhecimentos técnicos e econômicos a respeito da Nação. Era um homem que, conforme disse V. Exa., não se negava a servir. Tinha, a seu redor, um ambiente de amizade permanente com todos que o conheciam. Era um homem raro. Associe-me, portanto, a Vossa Excelência, neste dia de pesar para todos nós desta Casa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Vê-se, Sr. Presidente, que as manifestações se generalizam e atestam as qualidades, a competência, a idoneidade do ilustre homem público ontem desaparecido.

O Sr. Filinto Müller — Permite um aparte, no Senador?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — Nobre Senador Josaphat Marinho, desejo trazer a minha solidariedade às palavras de homenagem com que V. Exa. está exaltando a figura desaparecida do Professor Miguel Calmon. Tive a oportunidade de conviver com aquele eminente brasileiro, não somente na Câmara dos Deputados, em várias ocasiões, como também no seio do nosso antigo partido, o Partido Social Democrático, que ele honrava com a sua presença, a sua dedicação, a sua colaboração sincera e desinteressada. Mais tarde, quando Ministro da Fazenda, S. Exa. teve oportunidade de vir ao Senado para justificar as medidas que solicitava no sentido de poder imprimir à sua Pasta uma nova fisionomia, através de reformas que considerava inadiáveis e da maior importância. Nessa oportunidade, nos debates que se travaram no seio da Comissão, S. Exa. teve oportunidade de demonstrar mais uma vez os seus grandes conhecimentos, o seu valor, o seu elevado espírito público. O seu desaparecimento nos entristece a todos os seus velhos companheiros e, certamente, constitui uma grande perda não somente para a sua Bahia mas para todo o Brasil. O nobre Senador Antônio Balbino, ao apartear V. Exa., disse que V. Exa. falava por todos os baianos. Peco vênha para acrescentar V. Exa. fala — e eu o credencio para tanto em nome da Bancada, que aqui represento como líder; mas V. Exa. fala, penso eu em nome de todo o Senado da República e de todos os brasileiros que tiveram a oportunidade de conhecer Miguel Calmon e render, hoje, um tributo, pelo bem que fez à terra natal, pelo profundo sentido à sua mental, pelo muito que procurou fazer pelo Brasil e pelo muito que ainda poderia fazer com a sua capacidade e o seu valor, pela nossa Pátria.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A Bahia agradece por nosso intermédio, ao Senador Filinto Müller, a expressão das palavras que acaba de proferir.

O Sr. Ney Braga — Nobre Senador, agradecerá ao V. Exa. me concedesse um aparte agora, porque não desejo interromper o seu discurso positivamente.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Ney Braga — Falo em meu nome e no de meu Estado. O Professor Miguel Calmon nunca faltou ao Paraná, seja na sua atividade particular, seja quando no exercício do mandato de Deputado Federal ou como Ministro da Fazenda. Sempre

atendeu prontamente às reivindicações e sugestões que tivemos a oportunidade de, através dele, encaminhar. Assim, o Paraná se junta à tristeza da Bahia e, como bem disse o nobre Senador Filinto Müller, a tristeza é do Brasil inteiro, nesta hora em que ele perde tão ilustre figura.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — As palavras do nobre Senador Ney Braga revelam, sobretudo, uma face que ainda não havia salientado da personalidade do Professor Miguel Calmon; a do homem que, embora representando um Estado, quando ocupava a função executiva não tinha pensamento de caráter regional, mas a orientação voltada para os interesses gerais do País, no conjunto das unidades federadas.

O Sr. Carvalho Pinto — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Carvalho Pinto — Desejo, também, nobre Senador, neste instante, trazer o testemunho da minha inteira solidariedade à justa homenagem por V. Exa. prestada à memória de Miguel Calmon. A lúcida e segura visão dos problemas econômico-financeiros, o senso de realismo com que sabia encarar os, o patriotismo e a sua invulgar capacidade realizadora, marcaram sua presença na vida pública e na vida privada do País, imprimindo largas dimensões à perda que a Nação acaba de sofrer. Em meu nome e em nome do Estado que tenho a honra de representar no Senado, associe-me ao pesar com que a Nação assiste a esse infausto acontecimento.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — As palavras de V. Exa., Senador Carvalho Pinto, têm o dobrado relevo de quem representa não apenas o Estado de São Paulo, mas de quem dá o testemunho de um dos mais ilustres sucessores de Miguel Calmon do Ministério da Fazenda.

Mas dizia, Sr. Presidente que, terminado o seu mandato, Miguel Calmon supunha haver chegado o instante de retornar às suas atividades de presidente de Banco e de dedicar-se, de novo, ao desenvolvimento daquele estabelecimento. Puro engano. O homem de partido, fiel à sua agremiação, correto no cumprimento dos deveres, foi, entretanto, de um comendado excepcional, quer no exercício do mandato legislativo, quer na direção do Ministério da Fazenda.

Podemos declarar, sem nenhum exagero, que o Professor Miguel Calmon não era distinguido, na Bahia por efeito de critério partidário. Ainda que o reconheçamos integrado no Partido Social Democrático, era homem com seus representantes de todas as agremiações mantinham entendimentos cordiais e respeitosa, pela serenidade do seu procedimento. Esta serenidade é que, logo após o seu retorno, determinou fosse ele convocado como Professor da Escola Politécnica para integrar a lista organizada pelo Conselho Universitário para a escolha do novo reitor. Deu-lhe justa preferência o Governo da República.

Nas funções de Reitor desempenhou ele uma das tarefas mais difíceis de que se pode incumbir. Passou a dirigir a Universidade num instante de efervescência política. Apesar do movimento de abril de 1964, é digno de se salientar que o Reitor Miguel Calmon, sem prejuízo de sua autoridade jamais se aproveitou das circunstâncias excepcionais da vida política para onerar os estudantes, para impor-lhes a autoridade por subordinação.

Entre os incidentes, naturalmente ocorridos naquela fase o Reitor era sempre a figura moderadora. Não quis, nunca, exercer o império do seu prestígio para esmagar as rebeliões universitárias.

Era o homem compreensivo, tolerante, buscando sempre encontrar, entre os estudantes e as autoridades, a solução de confraternização, pela qual pudesse manter na Universidade a disciplina coordenada, jamais a disciplina imposta.

Foram havia mais: era o chefe de serviço superior às divergências políticas e partidárias. Sei de funcionário de sua confiança que, vinculado a política militante, num dado instante lhe depôs o cargo, porque as manifestações de ordem política e de origem paterna, poderiam criar suspeitas ou dificuldades no exercício das funções do Rector. E ele disse ao jovem acadêmico, seu auxiliar, que, sem embargo dos seus compromissos com o Governo, era Rector da Universidade, não Rector do Poder Executivo; que permanecesse no seu cargo, pois as divergências de caráter político não deviam penetrar os umbrais da Universidade, para prejudicar quem quer que fosse, e ainda menos um jovem, no exercício de suas atividades funcionais. Dava, assim, a seus servidores, sobretudo aos mais jovens, tratamento mais do que afetuosos, tratamento paternal e ao mesmo tempo lhes indicava o bom caminho — o de que na vida pública a segurança da atitude não se confunde com o extrinsecismo das posições.

Este homem assim comedido, moderado, era, de outro lado, de singular humildade. Membro de família tradicional, não guardava, contudo distinção nem distância com quem quer que dele se aproximasse. Dendo função eminente, como a de Rector, inovou, introduziu reformas, modificações na estrutura da Universidade. Ao mesmo tempo timbrava em ocultar-se em meio às providências, para que surgisse o conjunto dos grupos dirigentes e não sua própria personalidade.

Exemplo singular o que se verifica numa publicação, ainda há pouco distribuída. Mandou elaborar um catálogo geral da Universidade da Bahia. É uma admirável fonte de informações da vida da Universidade. Numa das primeiras folhas desse catálogo estampa-se o retrato do primeiro Rector da Universidade o proficiente Professor Edgar Santos. Em nenhuma das páginas se vê o retrato do Professor Miguel Calmon.

É este retrato, entretanto, que precisa, neste instante, ser destacado para a honra da Bahia e de nossa cultura, porque reflete a fisionomia, o comportamento a idoneidade, o caráter de um homem que soube servir à sua Estado e digno de seu país. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Em votação o Requerimento. (Pausa). Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Foi aprovado.

Fezaroca, igualmente, com o desaparelhamento de grande brasileiro e ilustre baiano Professor Miguel Calmon, a Mesa associa-se às homenagens que lhe foram prestadas nesta data. Cumprirá a deliberação da Casa, isto é, fará inserir em ata um voto do profundo pesar e apresentará condolências à família à Universidade e ao Estado da Bahia.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Olyvio Maia
Edmundo Levi
Sebastião Archer
Wilton Gonçalves
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
José Leite
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Tórr
Lino de Mattos
Pedro Ludovico

Filinto Müller
Mello Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Passa-se à

ORDEN DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 303-A-67 na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Monitor-Montreal Organização Industrial e Econômica S. A., tendo Pareceres favoráveis, sob os números 223 e 224, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Sobre a matéria existe requerimento do nobre Senador Bazzera Neto, solicitando a volta do projeto à Comissão de Finanças.

Não havendo quorum para votação, fica a matéria adiada.

Todas as demais matérias da pauta estão com a discussão encerrada, em fase de votação.

Por falta de quorum, ficam adiadas para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Não há orações inscritas. (Pausa).

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão anunciando para a próxima a seguinte

ORDEN DO DIA

Sessão em 9 de maio de 1967

(Terça-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 303-A-67, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Monitor-Montreal Organização Industrial e Econômica S. A., tendo Pareceres favoráveis, sob os ns. 223 e 224, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1967, que suspende, na forma do artigo 45, IV da Constituição Federal, a execução dos artigos 178, 181, 188 e 190 e seu parágrafo único da Lei nº 672, de 9 de dezembro de 1964, do Estado da Guanabara (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 241, de 1967).

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 39, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Auxiliares Legislativos habilitados em concurso (Márcia Pacheco de Souza, Leda Nascimento e Humberto José da Rocha).

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1967, nº 4.081-A-67, na origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que corrige de igualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda, e dá outras providências, tendo pareceres sob ns. 200 e 201, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, favorável com a emenda

que oferece (1-CPE); de Finanças e dependendo de pronunciamento: da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas; das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas de Plenário.

5

Discussão, em turno único do Requerimento nº 310, de 1967, pelo qual o Sr. Senador José Ermirio solicita informações sobre empréstimos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

6

Discussão, em turno, do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 1963, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que concede aposentado integral, aos vinte e cinco anos de serviço, a todos os trabalhadores marítimos que executam trabalho com risco de vida e saúde, tendo pareceres, sob ns. 227, 228, 229 e 230-67 das Comissões de Constituição e Justiça: 1º pronunciamento — solicitando audiência do Ministro do Trabalho e Previdência Social e do Ministério da Fazenda; 2º pronunciamento — cumprida a diligência quanto ao Ministério da Fazenda, a Comissão opina pela rejeição. De rejeição de Legislação Social; 1º pronunciamento — solicitando audiência do Ministério do Trabalho e Previdência Social; 2º pronunciamento — pela rejeição.

7

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 327, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Vasconcelos Torres solicita a convocação do Ministro da Fazenda, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e sua incidência sobre os produtos rurais.

Está encerrada a sessão

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 48, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão de Saúde os seguintes funcionários:

Secretário — Silvío Pinto de Carvalho, Oficial Legislativo — PL-6; Continuo — Joaquim Lopes da Silva Filho, Continuo — PL-12; Motorista — Antônio Américo Vieira, Motorista — PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de maio de 1967. — Dinarte Maria, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 49, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto no art. 6º, da Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão de Saúde — José Paulino de Miranda Pacheco, Auxiliar de Secretaria, PL-11, para as funções de Auxiliar de Gabinete.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de maio de 1967. — Dinarte Maria, 1º Secretário.

ATOS DO SR. DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 19, DE 14 DE ABRIL DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve dispensar, a pedido, das funções de Chefe da Seção de Mecanografia da Diretoria das Comissões a partir desta data, Vicen-

PROJETO EM CURSO NO SENADO QUE SÓ PODE SER EMENDADO PERANTE AS COMISSÕES (CONSTITUIÇÃO ART. 67, § 2º)

3º dia

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 1937

(Nº 6-B-67, na Casa de origem), De iniciativa do Presidente da República.

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de NCR\$ 27.413,56 (vinte e sete mil, quatrocentos e treze cruzeiros novos e cinqüenta e seis centavos) destinados a atender ao pagamento de adiantos de prêmios locados às Escolas Federais no Estado de São Paulo e à Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul. Distribuído à Comissão de Finanças em 27-4-1967.

PROJETOS SOBRE A MESA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS DURANTE TRÊS SESSÕES

1º dia

Projeto de Resolução nº 41, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermirio, que acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Senado Federal (estabelecendo o critério de rotação para a representação do Senado no Exterior).

Projeto de Resolução nº 42, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermirio, que acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Senado Federal estabelecendo rodízio para a eleição dos membros da Mesa).

Projeto de Resolução nº 43, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermirio, que da nova relação no art. 85-A do Regimento (atribuições da Comissão de Agricultura).

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 25 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

te Oliveira de Lara Resende, Oficial Legislativo, PL-6.

Secretaria do Senado Federal, em 14 de abril de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 42, DE 3 DE MAIO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar, para as funções de Chefe da Seção de Mecanografia da Diretoria das Comissões, a partir de 14 de abril do corrente ano, Raimundo Barz Neto, Auxiliar Legislativo, PL-9.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de maio de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 53, DE 3 DE MAIO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar, da Diretoria da Biblioteca, o Auxiliar de Secretaria PL-11, José Paulino de Miranda Pacheco.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de maio de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 59, DE 3 DE MAIO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar, da Diretoria das Comissões, o Continuo, PL-12 — Francisco Pires de Oliveira. Secretaria do Senado Federal, em 3 de maio de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 60, DE 5 DE MAIO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar, da Diretoria da Ata, o Continuo, PL-12, da Secretaria do Senado Federal, em 5 de maio de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DA CARREIRA DE OFICIAL LEGISLATIVO,
SÍMBOLOS PL-4, PL-5, PL-6 E PL-7, PL-8, PL-9, PL-10 DA CARREIRA DE AUXILI-
AR LEGISLATIVO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS DECORRENTES DA NOMEAÇÃO PARA OU-
TRO CARGO, DE JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO, OFICIAL LEGISLATIVO, PL-3.

RESOLUÇÃO Nº 31/67 - D.C.N. DE 17/3/67.

ATÉ 17 DE MARÇO DE 1967.

<u>DE PL-4 PARA PL-3 - MERECIMENTO</u>	<u>CLASSE</u>	<u>CARREIRA</u>	<u>SENADO</u>	<u>SERVIÇO PÚBLICO</u>	<u>TOTAL</u>
<u>CONCORREM:</u>					
MARIETA JACY DE OLIVEIRA	2 486	6 267	7 665	150	7 815
STELLA MENDONÇA DA CUNHA	2 096	6 065	7 726	953	8 679
RENATO DE ALMEIDA CHERMONT	2 085	6 065	7 119	-	7 119
AMÉLIA DE FIGUEIREDO DE MELLO VIANNA	2 044	4 428	7 585	-	7 585
ELZA FLORES DA SILVA	2 030	6 079	7 138	1 020	8 158
DIVA GALLIOTTI	936	6 006	6 757	1 969	8 726
MARÍLIA TÁVORA	898	6 168	6 793	998	7 791
ARMANDINA JOSÉ VARGAS	847	6 107	7 138	-	7 138
NEUZA RITA PERÁCIO MONTEIRO	847	5 965	5 965	-	5 965
ROSA BAPTISTA DE MIRANDA	587	6 078	6 822	2 161	8 983
<u>DE PL-5 PARA PL-4 - MERECIMENTO</u>					
<u>CONCORREM:</u>					
EURICO JACY AULER	2 096	4 428	5 846	313	6 159
ERCÍLIA CRUZ DA PONSECA	2 030	6 246	6 590	-	6 590
ALMERINDA VIANNA BAKER	2 013	5 811	6 246	2 147	8 393
JOÃO BAPTISTA CASTEJON BRANCO	1 573	6 067	6 740	743	7 483
JORGE DE OLIVEIRA NUNES	1 094	5 946	5 946	438	6 384
MARIA JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA LIMA	965	2 712	3 826	1 218	5 044
ÉCLA DE ASSIS CUNHA	898	5 953	5 953	770	6 723
LYGIA ABREU ALAGEMOVITS	847	2 577	3 928	-	3 928
DURVAL SAMPAIO FILHO	806	5 920	5 920	835	6 755
FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO	805	5 907	5 907	-	5 907
CÉLIA TEREZA ASSUMPÇÃO	587	5 491	5 491	-	5 491
RAIMUNDA POMPEU DE SABOYA MAGALHÃES	561	5 893	5 904	1 767	7 671
<u>DE PL-6 PARA PL-5 - ANTIGUIDADE</u>					
<u>CABE A</u>					
LEDA FIALHO DINIZ MARTINS, conforme se					
verifica da relação abaixo:					
LEDA FIALHO DINIZ MARTINS	5 539	5 539	5 557	-	5 557
MARY FARIA ALBUQUERQUE	5 291	5 291	5 291	437	5 728
.....					
.....					
<u>DE AUXILIAR LEGISLATIVO, PL-7 PARA</u>					
<u>OFICIAL LEGISLATIVO, PL-6 - ACESSO</u>					
<u>MERECIMENTO ABSOLUTO - CONCORREM:</u>					
WILLIAM LIMA MACHADO NEWTON	1 163	2 390	2 390	-	2 390
GENOVEVA AYRES FERREIRA DIAS	1 158	2 023	2 023	349	2 372
LAURITA FANAIA DE BARROS	1 130	2 420	2 420	-	2 420
EVANDRO MESQUITA	1 119	1 999	1 999	517	2 516
HÉLIO DOLHER DA SILVA	936	2 482	2 482	1 894	4 376
SYLVIA MINAZI MANTOVANI PEIXOTO	851	2 462	2 462	-	2 462
FERNANDO SILVA DE PALMA LIMA	806	2 063	2 063	1 519	3 582
IZABEL MAGALHÃES EVANGELISTA	430	2 481	2 481	-	2 481
MARCELO ZAMBONI	430	1 905	1 905	296	2 201
<u>DE PL-8 PARA PL-7 - MERECIMENTO</u>					
<u>CONCORREM:</u>					
JOSÉ CARLOS PORTO DE MENDONÇA CLARK	1 172	2 056	2 056	-	2 056
JACY DE BRITO FREIRE	1 134	1 990	1 990	2 853	4 843

	CLASSE	CARREIRA	SENADO	SERVIÇO PÚBLICO	TOTAL
IRACEMA DA COSTA E SILVA DE CASTRO	1 130	2 248	2 248	6 330	8 578
RUBEM PATU TREZENA	1 130	2 045	2 045	2 328	4 373
ALPHEU CORDEIRO DOS SANTOS	897	2 069	2 069	8 287	10 356
VICTOR REZENDE DE CASTRO CAIADO	895	2 028	2 028	1 526	3 554
LÊA ARAÚJO DE PINA	847	2 033	2 033	-	2 033
CELSON LUIZ RAMOS DE MEDEIROS	806	2 060	2 060	-	2 060
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA CHAVES	587	1 809	1 809	-	1 809
MARIA DE LOURDES VEIGA	561	2 050	2 050	7 636	9 686
MARILIA BRÍCIO DOLHER DA SILVA	430	2 050	2 050	-	2 050
LUIZ CARLOS HOMEM DA COSTA	430	837	1 710	-	1 710
<u>DE PL-9 PARA PL-8 - MERECIMENTO</u>					
<u>CONCORREM:</u>					
OCTACIANO DA COSTA NOGUEIRA FILHO	837	837	837	1 455	2 292
MARIA MARTA GOMES DE OLIVEIRA	837	837	837	1 089	1 926
MIGUEL TEIXEIRA SOARES FILHO	837	837	837	377	1 214
NEIDE THEREZINHA DA LUZ	837	837	837	307	1 144
EDUARDO JORGE CALDAS PEREIRA	835	835	835	828	1 663
MAURÍCIO NERY LEITE GUIMARÃES	831	831	831	441	1 272
GERALDO SOBRAL ROCHA	829	829	829	-	829
AFONSO JOSE COELHO CÉSAR	822	822	822	4 411	5 233
VÂNIA MENDONÇA DE FIGUEIREDO	820	820	820	-	820
FRANCISCO DE ASSIS NEVES	814	814	814	-	814
REGINA PELOSI SILVA	796	796	796	956	1 752
SÉRGIO DE-OTERO RIBEIRO	587	837	837	340	1 177
RUBEM SOARES BRANQUINHO	561	837	837	-	837
ROGÉRIO FREITAS PORTAL E SILVA	485	837	837	-	837
MARIA DELITH CALDAS PEREIRA	430	837	837	-	837
<u>DE PL-10 PARA PL-9 - ANTIGUIDADE</u>					
<u>CABE A</u>					
FERNANDO FONSECA, conforme se verifica					
da relação abaixo:					
FERNANDO FONSECA	837	837	837	-	837
LEONARDO GOMES DE CARVALHO LEITE NETO	837	837	837	-	837
GERALDO CAETANO FILHO	837	837	837	383	1 220

- OBSERVAÇÕES:** a) deixam de figurar nesta relação os funcionários sem o interstício de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, "ex-vi" do art. 101, da Resolução nº 6, de 1 960;
- b) os interessados têm o prazo de cinco dias, a contar da publicação desta lista, para as reclamações e observações que pretendam formular a bem de seus interesses, conforme dispõe o art. 122, § 2º, do Regulamento da Secretaria.

Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, em 13 de abril de 1 967.

Rubem Soares Branquinho, Auxiliar Legislativo, PL-9 — Romão Arruda, Chefe da Seção. — Visto: Maria do Carmo Romão Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DA CARREIRA DE AUXILIAR DE PORTARIA, SÍMBOLO PL-10 E DO CARGO ISOLADO DE AUXILIAR DE LIMPEZA, SÍMBOLO PL-11, PARA PROVIMENTO DAS VAGAS DECORRENTES DA NOMINAÇÃO PARA OUTRO CARGO, DE MOISÉS JULIO FERREIRA, AUXILIAR DE PORTARIA, SÍMBOLO PL-9, RESOLUÇÃO Nº 21/67 - D.C.N. DE 9/3/67.

ATÉ 9 DE MARÇO DE 1967.

<u>DE AUXILIAR DE PORTARIA, PL-10 A PL-9</u>	<u>CLASSE</u>	<u>CARREIRA</u>	<u>SENADO</u>	<u>SERVIÇO PÚBLICO</u>	<u>TOTAL</u>
<u>ANTIGUIDADE - CABE A</u>					
<u>FRANCISCO DAS CHAGAS CARVALHO, conforme se verifica da relação abaixo:</u>					
FRANCISCO DAS CHAGAS CARVALHO	1 962	1 962	2 426	2 029	4 455
BRENO BRAZ DE FARIA	1 912	1 912	1 912	3 347	5 259
GERALDINO ALVES PORTO	1 407	1 407	1 816	1 383	3 205
.....					
<u>DE AUXILIAR DE LIMPEZA, PL-11 PARA AUXILIAR DE PORTARIA, PL-10 - ACESSO - ANTIGUIDADE - CABE A</u>		<u>CARGO</u>	<u>SENADO</u>	<u>SERVIÇO PÚBLICO</u>	<u>TOTAL</u>
<u>LUIZ MARCONDES DE OLIVEIRA, conforme se verifica da relação abaixo:</u>					
LUIZ MARCONDES DE OLIVEIRA		2 352	2 352	6 760	9 112
JOSE MARTINS DE MORAIS		2 334	2 334	-	2 334
RAYMUNDO BARROS DA SILVA		2 311	2 311	5 720	8 041

OBSERVAÇÃO: os interessados têm o prazo de cinco dias, a contar da publicação desta lista, para as reclamações e observações que pretendam formular a bem de seus interesses de acordo com o disposto no art. 122, § 2º, da Resolução nº 6/60.

Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, em 13 de abril de 1967.

Adilson Soares Bragança, Auxiliar Legislativo, PL-9 — Roman Armas, Chefe da Seção. — Visto: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Maranhão — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança
DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA
DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT) Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE) Bezerra Neto — (MT)
 Antônio Carlos — (SC) Adalberto Senna — (ACR)
 Rui Palmeira — (PB) Lino de Matos — (SP)
 Manoel Vilaga — (RN)
 Vasconcellos Tórrès — (RJ)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA
SUPLENTE

José Feliciano Attilio Fontana
 Ney Braga Leandro Maciel
 João Cleofas Benedito Valladares
 Teotônio Vilela Adolpho Franco
 Júlio Leite Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio Aurélio Vianna
 Márcos Martins Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA
SUPLENTE

Milton Campos Vasconcelos Tórrès
 Antônio Carlos Daniel Krieger
 Aloysio de Carvalho Benedito Valladares
 Eurico Rezende Alvaro Maia
 Wilson Gonçalves Lobão da Silveira
 Petrónio Portela José Feliciano
 Carlos Lindenberg Menezes Pimentel
 Rui Palmeira Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino Aarão Steinhilber
 Bezerra Neto Aurélio Vianna
 Josaphat Marinho Mário Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA
SUPLENTE

José Feliciano Benedito Valladares
 Lobão da Silveira Adolpho Franco
 Petrónio Portela Arnão de Melo
 Eurico Rezende José Leite
 Attilio Fontana Mello Braga

MDB

João Abrahão Adalberto Senna
 Aurélio Vianna Lino de Mattos
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA
SUPLENTE

Carvalho Pinto José Leite
 Carlos Lindenberg João Cleofas
 Julio Leite Duarte Filho
 Teotônio Vilela Sigefredo Pacheco
 Domicio Gondim Filinto Müller
 Leandro Maciel Paulo Torres

MDB

Mário Martins José Ermírio
 Pedro Ludovico Josaphat Marinho
 Lino de Mattos João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA
SUPLENTE

Menezes Pimentel Benedito Valladares
 Mem de Sá Antônio Carlos
 Alvaro Maia Sigefredo Pacheco
 Duarte Filho Teotônio Vilela
 Aloysio de Carvalho Petrónio Portela

MDB

Adalberto Senna Antônio Balbino
 Lino de Mattos Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA
SUPLENTE

João Cleofas Antônio Carlos
 Mem de Sá José Guimard
 José Leite Daniel Krieger
 Leandro Maciel Petrónio Portela
 Manoel Vilaga Attilio Fontana
 Clodomir Milet Júlio Leite
 Adolpho Franco Mello Braga
 Sigefredo Pacheco Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate Celso Ramos
 Carvalho Pinto Teotônio Vilela
 Fernando Corrêa Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo Josaphat Marinho
 Bezerra Neto José Ermírio
 Oscar Passos Lino de Mattos
 Arthur Virgílio Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA
SUPLENTE

Ney Braga Júlio Leite
 Attilio Fontana José Cândido
 Adolpho Franco Rui Palmeira
 Domicio Gondim Arnão de Melo
 João Cleofas Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino Pessoa de Queiroz
 José Ermírio Pedro Ludovico
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Vilela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Caslejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Secretário: Alexandre Meillo

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretário: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
COMPOSIÇÃO

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo

A R E N A
TITULARES

Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Torres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos

M D B

Arthur Virgilio
Adalberto Sena

Lino de Mattos
Aarão Steinbruch

Secretário: J. Ney Passos, Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Matos

A R E N A
TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio Fontana

SUPLENTE

José Guimard
Petronio Portela
Domício Gondin
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgilio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Milet

A R E N A
TITULARES

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro Maia

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muller
Sigefredo Pacheco

M D B

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.